

# Pró-Anistia propõe recurso à Justiça para não-beneficiados

Rubem de Azevedo Lima

Para evitar tensões político-militares, que decorreriam da aplicação do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, o Movimento Pró-Anistia lançará campanha em favor de mudanças no texto ali aprovado sobre a anistia e que concede alguns benefícios aos punidos pelos atos institucionais baixados a partir de 1964.

Um dos integrantes do Movimento Pró-Anistia, comandante Ferro Costa, da Marinha, que foi anistiado parcialmente em 1979, explica em que consiste a regra aprovada pela Comissão de Sistematização: em vez de simplesmente ampliar a anistia aos militares punidos, a norma aprovada permite que os atingidos e ainda não beneficiados — 1.501 marinheiros — recorram ao Poder Judiciário para a reparação de seus direitos.

Isso, na opinião de Ferro Costa, equivale ao pedido de revisão dos atos punitivos, podendo, portanto, mesmo no plano judiciário, acirrar os ânimos, na medida em que se possibilita que as instituições militares sejam levadas aos tribunais.

A anistia aos militares e civis, punidos pelo movimento de 64 iniciou-se através de emenda constitucional do ex-presidente João Figueiredo, em 1979. Foram beneficiados então os políticos atingidos por atos institucionais, os torturadores e os funcionários civis e militares, que receberam a mesma graduação da época em que estavam quando foram punidos. Para os militares não houve reintegração, nem promoções, nem ressarcimento pelo tempo em que estiveram punidos. Os marinheiros não foram anistiados.

## Promoções

Em 1985, na emenda com a qual convocou a Assembleia Constituinte, o presidente José Sarney concedeu promoções aos anistiados, mas na inatividade. Não houve também reintegração nem ressarcimento aos punidos, continuando excluídos do benefício os 1.509 marinheiros.

Na Constituinte, a concessão de anistia mais ampla, beneficiando inclusive os marinheiros, foi aprovada em duas subcomissões temáticas, por iniciativa dos deputados Lysâneas Maciel e Mário Lima. A comissão que apreciou as duas propostas — de Ordem Política — manteve a ampliação da anistia. Na Comissão de Sistematização, porém, essa iniciativa foi mutilada, aprovando-se a anistia a grupos que ainda não haviam sido beneficiados (participantes do movimento comunista de 1935), mas sem conceder a ninguém o direito ao ressarcimento automático de prejuízos sofridos. Os marinheiros, porém, continuaram excluídos do benefício. Beneficiou-se, num dos parágrafos da Comissão de Sistematização, o grupo de aeronautas que ficara privado do direito de voar ou pilotar, em consequência de portarias reservadas dos ex-ministros Eduardo Gomes e Levanère Vanderley, da Aeronáutica.

Na opinião dos integrantes do Movimento Pró-Anistia, a anistia é ato de restabelecimento de direitos, não de estabelecimento de direitos novos.

Para evitar o questionamento judicial da conduta dos responsáveis pelas punições, o Movimento Pró-Anistia defende o restabelecimento da regra geral adotada pelas subcomissões, mas retirada pela Comissão de Sistematização. Dessa forma, estariam anistiados os marinheiros, haveria reintegrações, ressarcimento e promoções para todos os princípios.

O comandante Ferro Costa informa, a propósito, que o movimento da anistia está-se entendendo com todos os partidos na Constituinte e já foi procurado, inclusive, por políticos do "Centrão", que lhe apresentaram uma proposta de anistia mais usada do que a foi retirada pela Comissão de Sistematização.

Muitos integrantes do movimento pró-anistia acham que o objetivo do "Centrão", no caso, consiste em criar embaraços políticos ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que votou em favor do texto agora constante do projeto da Comissão de Sistematização.



Ferro Costa, anistiado parcialmente, quer a questão discutida junto ao Poder Judiciário

## Frente Verde vai tentar outra vez proibir a bomba

Silvio Donizzetti

Os parlamentares que compõem a Frente Verde na Constituinte vão concentrar seus esforços, durante a votação do projeto de Constituição em plenário, na aprovação de emenda que proíbe a fabricação de artefatos nucleares no País. O porta-voz do grupo que reúne 30 constituintes, o deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP) anunciou que vai reapresentar sua emenda sobre o assunto que foi derrotada na Comissão Temática inclusive com o voto contrário dos partidos comunistas.

Apesar da questão do meio ambiente ter avançado na Constituinte, tendo um capítulo específico no Projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização, Feldmann adverte que a questão nuclear não foi tratada com a devida importância que o tema merece. A seu ver, os problemas ecológicos não são colocados como prioridade tanto pela direita como pela esquerda.

O deputado cita como exemplo a posição do ministro Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, para quem a bomba nuclear é um instrumento da paz. Segundo Fábio Feldmann, o pensamento das esquerdas não difere muito da colocação dos militares. «O PC do B votou contra minha emenda que proíbe a fabricação de artefatos nucleares no Brasil porque o programa do partido rejeita apenas a construção de usinas nucleares próximas dos centros urbanos. O PCB também foi contra a proibição», conta o parlamentar-ecologista. Ele denuncia ainda que o lobby nuclear é o mais atuante na Constituinte, com assessores da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) transitando livremente pelo plenário da Casa.

## Avanços

Já na questão da preservação do meio ambiente, Fábio Feldmann considera que houve avanços importantíssimos. «Se for mantido o texto aprovado na Comissão de

Arquivo 21 / 02 / 87



Feldmann: nova investida

Sistematização, nós teremos a Constituição mais avançada do mundo em termos de proteção ecológica», torce o deputado.

Ele credita nos progressos até aqui obtidos pela forma tranquila como foi conduzida à questão ambiental na Constituinte e até mesmo pelo desinteresse que o tema despertou entre progressistas e conservadores. Ele também acha importante o fato do Brasil estar vivendo um processo constituinte 15 anos após a Conferência Internacional do Homem e a Biosfera, realizada em Estocolmo (Suécia), e que é considerado o marco inicial da questão do meio ambiente. «As constituições de Portugal, Espanha e Grécia não trazem grandes avanços em relação à proteção ecológica porque foram elaboradas na metade dos anos setenta e portanto o assunto ainda não tinha a repercussão que tem hoje», observa Feldmann, sobre as constituições modernas europeias.

O deputado acredita que a Constituição brasileira poderá vir a ser uma matriz para as futuras Cartas dos países do Terceiro Mundo, no que se refere à questão do meio ambiente.

Como avanços obtidos no Projeto de Constituição, Feldmann cita a obrigatoriedade do explorador de recompor o ambiente afetado pela mineração, a exigência do estudo prévio ambiental para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadora de poluição, a proteção da fauna e da flora, além de atribuir a Estados e municípios a competência para legislar sobre as questões do meio ambiente.

Fábio Feldmann acha que o avanço dos conservadores dentro da Constituinte não deverá significar riscos para os ecologistas. Ele cita que dentro da Frente Verde estão tanto parlamentares conservadores como progressistas. «O José Sarney Filho (filho do presidente Sarney e deputado pelo PFL do Maranhão) é um dos integrantes do grupo e tem lutado conosco a favor da proteção ambiental», exemplifica Feldmann.

Quanto à ação dos lobistas o parlamentar paulista também parece não estar assustado. «O sujeito que defende as mineradoras nem sempre é defensor das madeiras», tranquiliza ao citar os dois maiores inimigos dos ecologistas.

Para o deputado ecologista, a perspectiva de eleições presidenciais em 1988 é um fato de grande significação para os ambientalistas uma vez que todos os candidatos vão disputar o voto ecologista. «Nas grandes cidades brasileiras a preservação do meio ambiente é o terceiro assunto em importância entre os eleitores», revela Feldmann.

## Nordeste quer ampliar lobby por reformas

A implantação da reforma tributária, já a partir do exercício de 1988 e a regionalização dos orçamentos fiscais e das estatais, segundo o critério populacional, são os principais dispositivos que o denominado «Movimento Norte/Nordeste/Centro-Oeste (292)» pretende aprovar no plenário da Constituinte e manter no texto constitucional.

Mas, para alcançar este intuito, os duzentos e noventa e dois constituintes assumiram um verdadeiro «pacto de sangue» em torno de 15 propostas afins. Segundo um dos articuladores do grupo, deputado Albérico Cordeiro (PFL-AL), 3º secretário da Câmara, o movimento «é o lobby legítimo e mais perfeito dentro da Constituinte». Ressalta, entretanto, que para manutenção da unidade do grupo, matérias polêmicas como mandato de Sarney, sistema de Governo, reforma agrária e anistia foram deixadas de fora do acordo.

Além da tentativa da integração das regiões no processo de desenvolvimento nacional, o movimento almeja «corrigir as desigualdades sociais e econômicas em relação às regiões do Sul do País».

Para o deputado José Luiz Maia (PDS-PI), todo o êxito até agora conseguido pelo grupo, resultou «da união, da coesão acima de siglas e paixões partidárias». O parlamentar exige uma mudança urgente no perfil econômico e social das três regiões, «sob pena de criarmos uma sub-raça brasileira».

## Propostas

O grupo deseja manter como competência da União, a elaboração e execução de planos regionais de desenvolvimento e o planejamento e a promoção da defesa contra as secas. No título «Da Organização dos Poderes», os 292 sustentam a manutenção da representatividade parlamentar de no mínimo de oito e máximo de sessenta deputados por Estado ou pelo Distrito Federal. No capítulo do Sistema Tributário Nacional, o grupo quer três por cento do IPI, mais Imposto de Renda para as três regiões, a serem aplicados de acordo com os planos regionais aprovados pelo Congresso Nacional.

No capítulo do Sistema Financeiro Habitacional, o movimento propõe a adoção de critérios restritivos à transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento. Nas disposições transitórias, o grupo exige uma ampla descentralização financeira em favor dos Estados e municípios através da implantação da reforma tributária a partir do próximo ano. Também defendem a aplicação na Região Nordeste, durante vinte anos, contados da promulgação da Constituição, de no mínimo 50% dos recursos federais destinados à irrigação. Alinham-se à manutenção da Zona Franca de Manaus, ao amparo aos seringueiros, com pensão vitalícia, e à supressão do dispositivo que retirava do BC para o Tesouro Nacional os fundos de fomento.